



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI – BIOPIRATARIA		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1088P/05	DATA: 4/8/2005
INÍCIO: 17h24min	TÉRMINO: 17h56min	DURAÇÃO: 00h32min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h32min	PÁGINAS: 13	QUARTOS: 7

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS SOUZA – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anapu, Estado do Pará

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Há oradores não identificados.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Vamos retornar, então, à sessão aberta e convidar o último depoente, que é o Sr. Francisco de Assis de Souza.

(Não identificado) - Minhas perguntas eu não sei mais onde estão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Eu já vou começar.

Convido o Sr. Francisco de Assis Souza, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anapu, Pará, a tomar assento à Mesa. De pronto, peço a S.Sa. que faça o juramento regimental. Solicito que, em entendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal, V.Sa. preste o juramento.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS SOUZA - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - O art. 342 regulamenta o crime de falso testemunho. Portanto, V.Sa. poderá, no caso de incorrer nele, ter pena de reclusão de 1 a 3 anos, mais multa.

Com a palavra o Sr. Francisco de Assis de Souza.

Pergunto a S.Sa. se deseja fazer uso dos 20 minutos ou se deseja, desde já, que a gente comece com perguntas e respostas.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS SOUZA - Excelência, vamos direto às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Muito bem. Então, eu começo com as perguntas do Presidente da Comissão, que são duas.

O senhor confirma que, após a morte da Irmã Dorothy, o senhor encaminhou ofício à Ministra do Meio Ambiente, sugerindo que não fosse implantada a RESEX Bacajá e fosse adotado projeto de assentamentos que permitem o desmatamento e a comercialização de madeira?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS SOUZA - Sim, Excelência. Agora, eu gostaria de contextualizar isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Pois bem. Então, para contextualizar, já faço a segunda, que acho que é dentro do mesmo assunto.



Por que houve uma mudança de postura de V.Sa., visto que, anteriormente, junto com a Irmã Dorothy, V.Sa. defendia a RESEX? Pois não, com a palavra.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS SOUZA - Bem, Presidente, senhores e senhoras, essa não é uma mudança de postura. Nós vivemos em um Município onde a migração tem sido constante. Só para V.Exa. ter uma idéia, em 2000 nós tínhamos uma população estimada, pelo IBGE, de nove mil e poucos habitantes. Naquela época, nós calculávamos que tinham cerca de 13 mil habitantes. No entanto, no ano de 2003, nós passamos para cerca de 23 mil habitantes. Além disso, nós passamos também... Para se ter uma idéia, nós tínhamos 5 empresas madeireiras no Município. Passamos para 22 indústrias madeireiras. Isso explica que, no ano de 98/99, os movimentos sociais, juntamente com a CPT e o outro do qual a Irmã Dorothy fazia parte, planejaram um tipo de zoneamento do Município, onde solicitamos áreas para o desenvolvimento da agricultura familiar e áreas para a criação da reserva, no caso a RESEX Bacajá. Primeiramente, nós denominamos inclusive a RESEX Belo Monte, no caso da Gleba Belo Monte, e a RESEX Bacajá, no caso da Bacajá, sendo que a Belo Monte, posteriormente, nós transformamos isso no PDS Virola Jatobá. Essa área, com a influência da possível construção da Hidrelétrica de Belo Monte, sofreu uma influência muito grande das famílias que havia lá. E originalmente tinham inclusive assinado um requerimento solicitando a criação da RESEX. Elas já não existiam mais. Elas foram migrando. Parte das famílias que moravam na Terra do Meio, uma área onde deveriam ser... No caso da construção da Hidrelétrica de Belo Monte, elas seriam afetadas. Essas famílias migraram para aquela região. Então, nós não tínhamos, naquele trecho, mais nenhuma característica de projeto de construção de RESEX. Em dezembro de 2003, nós realizamos uma reunião com o então executor do INCRA mais cerca de 200 a 300 famílias daquele entorno. E, de pronto, as famílias solicitaram que não fosse mais criada a RESEX Bacajá e, sim, fosse criado o projeto de assentamento, tendo em vista que as famílias que lá moravam, estavam habitando naquele momento, já não tinham mais nenhuma característica de população extrativista. Então, essa não foi uma mudança de postura, e, sim,



uma mudança das características da população que lá habitava. E essa solicitação não se deu apenas em 2005. Ela se deu em dezembro de 2003, quando daquela reunião foi feita ata. Essa ata veio para o coordenador do CNPT...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - A Irmã Dorothy concordava com essa notícia.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS SOUZA - A Irmã Dorothy estava inclusive concordando, porque viu que lá não tinha mais característica para a construção da... para transformar em reserva aquele trecho. E, depois que ela morreu... uma semana antes do falecimento da Dorothy, eu, conversando com uma pessoa, ela disse: "Olha, eu estive em Brasília, e o processo da RESEX ainda está em andamento". Ora, Sr. Presidente, nessa mesma área, o INCRA já tinha feito levantamento de quase 300 famílias lá residentes e já tinha sugerido a criação de 3 projetos de assentamento: o Nova Esperança, o Nova Conquista e o PA Bacajá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Seriam Projetos de Assentamento e Desenvolvimento Sustentável?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS SOUZA - Não, não. Nesse caso, seria PA, porque as famílias lá não tinham característica de PA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Só assentamento mesmo.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS SOUZA - O ofício que eu fiz à Ministra, bem como ao Presidente do CNPT e ao Presidente do INCRA, foi solicitando que fosse transformada a área em volta do Rio Xingu numa área de preservação permanente e o resto da área fosse transformado em projeto de assentamento, uma vez que as famílias que estavam lá era que estavam solicitando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Bem, a CPI tem cópia de depoimento prestado por 2 assentados que lhe acusam, acusam o senhor, de induzi-los a assinar documentos em branco, para ter autorização de desmatamento, para gerar autorização de desmatamento. Segundo eles, isso



ocorreu em uma reunião realizada com associados da AFNEA[P2]. É isso? AFNEA. E que também participaram o Sr. Sílvio da HB Lima e Leivino?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS SOUZA - Leivino.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - V.Sa. tem algo a comentar a respeito dessa afirmativa?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS SOUZA - Olha, em nenhum momento, que eu me lembre, eu induzi quem quer que seja a assinar nenhum documento. Sei que participei de várias reuniões, inclusive com agricultor, porque sou um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores desde 95. E o nosso trabalho tem sido no sentido de organizar as famílias, para que elas possam trabalhar na agricultura familiar e da terra tirar o melhor sustento. Em nenhum momento, que eu me lembre, eu insinuei ou mandei que ninguém assinasse nenhum documento, e principalmente em branco, porque o meu dever tem sido de defender o agricultor e eu jamais, como defensor do agricultor, vou estar induzindo a assinar um documento em branco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Sr. Francisco de Assis, o senhor foi candidato a Prefeito nas últimas eleições. É fato.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS SOUZA - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - É fato. Aqui eu tenho uma série de perguntas que dizem, todas, respeito a essa questão. Como eu vou ter que abreviar a minha estadia, portanto nós vamos ter que encerrar essa reunião daqui a pouco, em breve, eu gostaria de saber o seguinte: na sua eleição houve ajuda oficial, primeiro, de madeireiros da região? Ajuda oficial declarada?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS SOUZA - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Essas madeireiras que ajudaram declaradamente na sua campanha, elas fizeram parte do Plano Safra Legal? Todas elas?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS SOUZA - Parte sim, parte não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Parte sim, parte não. V.Sa. acredita que houve pressão por parte do seu partido, já que os cargos de mando dentro do IBAMA, dentro do INCRA, pelo que eu pude ver hoje, eram todos eles do PT, de filiados do PT? O senhor acredita que possa ter havido — não digo que houve — que possa ter havido pressão política para que houvesse doações em troca de facilidades?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS SOUZA - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Com certeza absoluta?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS SOUZA - Não senhor. Eu gostaria até de dizer ao senhor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Sim, pois não.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS SOUZA - Excelência, o setor florestal daquela região é um setor que, como eu lhe disse, ele chegou muito em cima, porque o Município foi um Município que viveu, ao longo dos 30 anos de Transamazônica, meio que abandonado, portanto com a perspectiva da construção da Hidrelétrica de Belo Monte, a perspectiva da melhoria da rodovia, então há o quê? A chegada da energia que passou o Linhão, então, há recursos fáceis, então chegaram bastante... E, só para o senhor ter uma idéia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Sim.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS SOUZA - ...essas pessoas chegaram, primeiro, o INCRA não tinha documentação das terras, porque parte das terras foram licitadas e alienadas na década de 70, mas isso não se transformou em títulos definitivos. As outras terras ficaram ainda por parte do INCRA. Portanto, as empresas, na sua maioria, não tinham terra legalizada para fazer projeto de manejo. Outra coisa, os projetos de assentamento, nós temos no Município de Anapu, mesmo um Município grande, nós temos apenas 3 projetos de assentamento constituído: o Pilão Poente, o Pilão Poente II e III, e o Grotão da Onça. Isso somando cerca de trezentas e poucas famílias legalmente assentadas. E nós lutamos, durante vários anos junto ao STR/CPT, para a criação dos PDS, que iriam assentar



cerca de mais 600 famílias. Isso faz com que, dentro dessa perspectiva, a gente tenha uma região onde as indústrias trabalhem ainda de forma ilegal, uma vez que não têm, no seu projeto de manejo, não têm terra constituída. Desde 2002, lembro fácil, foi julho de 2002, ainda na gestão do Sr. Casara — Casara, ele é Presidente do IBAMA — é que começou a trabalhar a Portaria nº 03, através das autorizações de desmate. Eu era então Vice-Prefeito, naquela época, e participei de uma reunião onde foi instituído inclusive um programa chamado Plante Mogno. Dois mil e dois, não, 2003, fui procurado também pela indústria madeireira — eu era Vice-Prefeito. O que fazer naquele momento crucial em que a indústria não tinha perspectiva de desenvolvimento, uma vez que também não tinha áreas para a criação de um projeto de manejo. E aí eu sugeri a realização de um seminário. Vamos pegar vários setores. Sentei inclusive com o pessoal do Imazon, que tinha uma experiência inclusive do Acre em relação à questão da indústria madeireira, e passamos um dia todinho estudando perspectivas de desenvolvimento. Deu-se o nome I Seminário sobre a Viabilidade ou a Sustentabilidade da Indústria Madeireira de Anapu. Estava presente a AIMEX, estava presente o pessoal do Imazon, IPAN, estava presente a CPT, sindicato, associação de madeireiros e mais outros órgãos. INCRA e IBAMA estavam presentes nesse seminário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - O seminário sobre sustentabilidade da indústria madeireira?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS SOUZA - O primeiro seminário sobre a sustentabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Está.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS SOUZA - Naquele seminário, nós já vimos que a questão das autorizações de desmate já não respondiam tanto quanto a necessidade do setor, e se fazia necessária a aquisição de áreas para a indústria madeireira. Portanto, a briga pelos projetos de assentamentos, os PDSs, tornou-se mais freqüente porque as reservas permanentes dos projetos de desenvolvimento sustentável posteriormente poderiam ser futuros fornecedores de matéria-prima para



aquelas indústrias, uma vez que, assentando as famílias, eles poderiam transformá-los em projetos de manejo e fornecer também matéria-prima para as indústrias, tendo aí uma forma de recurso, de sobrevivência e melhoria da qualidade de vida dos assentados. Portanto, respondendo à pergunta, essa é uma questão de longo prazo, de fundo que precisamos trabalhar, como Governo, uma vez que os órgãos governamentais não tiveram força nem capacidade de organizar, principalmente a questão fundiária daquela região, que culminou também no assassinato da companheira Dorothy.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Há mais duas perguntas. V.Sa. tem conhecimento... Foi feita uma denúncia, que ainda estamos averiguando, de que haveria, às vésperas da eleição, por volta do mês de setembro, depósitos em uma agência do BRADESCO de Altamira, por parte de madeireiros. V.Sa. tem notícia desse depósito?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS SOUZA - Não, senhor. Os recursos que eu sei, referentes à campanha, foram recursos doados para a minha campanha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - No valor de quanto?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS SOUZA - Que somaram quase 129 mil e poucos. Estes foram declarados à Justiça Eleitoral. Está tudo em recibo, está tudo legal. Esse é o recurso que eu sei. Em nenhum momento eu participei de nenhuma reunião para arrecadar recursos. E esses recursos foram arrecadados pela AMMAPA. O Sr. Leivino era o coordenador financeiro da minha campanha e foi ele que arrecadou. Mas, em relação a outras campanhas da região...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - O Sr. Leivino era o tesoureiro da sua campanha?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS SOUZA - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - E ele era o Presidente da AMMAPA, da Associação dos Madeireiros?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS SOUZA - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - E essa Associação dos Madeireiros é a mesma que, nesta reunião, ficou no item 4 da Carta de



Intenção, que diz o seguinte: “que as autorizações para desmate sejam processadas somente através da AMMAPA e as declarações de posse emitidas através do INCRA e Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Anapu, para evitar a ilegalidade”?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS SOUZA - Sim, senhor, eu gostaria de explicar isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Fica meio estranho, porque a ANMAPA participou ativamente do Plano Safra Legal. Houve uma denúncia. Veja bem, até para que V.Sa. possa explicar o que está na minha cabeça e acho que na maioria das pessoas. Houve o Plano Safra Legal e houve uma denúncia depois de que esse plano Safra Legal foi instrumentalizado para arrecadação de fundos para a campanha política. Bem. Os órgãos do Poder Executivo Federal que têm escritório lá e que estão afetos a essa área de autorização de desmatamento, de projetos de desenvolvimento estão ocupados por membros indicados pelo PT, são membros do PT. V.Sa. é candidato do PT. Faz-se um programa de Safra Legal em que o órgão que na realidade centraliza as ações e financia as investigações in loco é o órgão cujo Presidente é o mesmo que é tesoureiro da campanha de V.Sa. Isso não é complicado? Não dá margem a que se tirem conclusões de que poderia, neste caso, ter havido mais facilidades em dirigir contribuições?

Essa pergunta não é só minha. É importante para V.Sa. esclarecer.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS SOUZA - Sim, senhor. Quero dizer a V.Exa. e aos demais que o Programa Safra Legal foi instituído não como campanha política. Ele foi instrumento de uma reunião de várias entidades, tanto por parte dos trabalhadores rurais como por parte das indústrias madeireiras, no sentido de fazer com que a matéria-prima oriunda dos roçados que ali se fazem todos os anos. Porque, todo ano, o colono derruba um hectare, dois, três — outros derrubam mais do que isso —, para fazer o seu roçado, para tirar a lavoura de subsistência. E V.Exa. sabe que, a partir de 98, muda-se a lei que autoriza também a questão do desmate na região, porque até então eram 50%, reduz isso para 20%. E que a partir daí



as pessoas têm que começar a trabalhar essa questão dos 20%. Então, o Safra Legal foi apenas uma iniciativa de todos os órgãos, para evitar que os erros ocorridos nos anos anteriores... Quais são os erros anteriores? Porque, a partir de 2002, se deu também a questão das autorizações de desmates. Mas pessoas, por exemplo, do Anapu, saíam até o Município de Medicilândia, tirando autorizações e, depois, terminavam vendendo isso. A madeira tiravam de um lado e de outro e isso não era, às vezes, documentado. Então, a iniciativa foi: vamos fazer com que esse processo dê certo. Teve erro? Teve. No entanto, o que a gente pôde aprender do Safra Legal foi que, pela primeira vez, nós pudemos sentar — INCRA, IBAMA, Movimento Social, indústria madeireira, representante dos agricultores —, no sentido de buscar uma saída alternativa, não para a indústria madeireira, mas principalmente para aumentar a renda daquelas famílias que eram assentadas. Outra coisa, Excelência, é bom que fique claro que os anos de 2002 e 2003, aqueles que fizeram a denúncia, eles não colocam, em nenhum momento, os erros que aconteceram ali. E colocam apenas o ano de 2004, como se fosse um foco político, ou que fosse uma menção política para arrecadar fundo de campanha, o que não foi. Eu participei de várias reuniões em relação ao Safra Legal, porque, independentemente de ser político, sou um representante da agricultura familiar naquele Município e tenho a minha história engajada a isso. E fiz com que, através do meu conhecimento, a gente pudesse tirar o melhor proveito para a agricultura familiar, porque a indústria madeireira, muitos deles vêm e vão e a agricultura familiar fica. E, se nós não soubermos aproveitar disso,... A questão da política, ela é uma consequência daquilo que está lá. E, depois do I Seminário, fizemos várias outras reuniões, e o setor florestal daquele Município decidiu apoiar minha campanha, e não foi unânime. Muitos outros decidiram apoiar outros candidatos. Então, a questão de arrecadação de fundo para campanha, isso não diz respeito, embora o Presidente da Associação, por ser meu amigo particular, tenha sido coordenador de minha campanha, mas isso não quer dizer que tenha havido, em nenhum momento, um complô para arrecadação de fundo de campanha.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Bem, eu, sinceramente, do fundo do meu coração, espero que realmente tenha sido dessa maneira, o que me deixa muito... Eu torço muito para que isso seja fato que realmente que tenha acontecido.

Quero esclarecer, Sr. Francisco, que não foi a CPI que puxou esse assunto. Esse foi um assunto que saiu na imprensa nacional e, como somos um órgão do Congresso encarregado de fazer as investigações, nós não podíamos nos negar a apurar e aprofundar.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS SOUZA - E quero agradecer a V.Exas. justamente por esta oportunidade. Desde o dia que saiu a reportagem da Veja que eu estava ansioso para vir aqui, justamente para que pudéssemos esclarecer a verdade, porque a imprensa termina divulgando fatos, juntando uma peça com outra, de que 2 mais 2 dá 4, e que às vezes a forma como isso faz, faz com que muitas pessoas inocentes terminem pagando. Então, eu estava justamente querendo esta oportunidade, para que pudéssemos colocar a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Pode ficar tranqüilo quanto a isso porque nós vamos aprofundar, com os elementos que já temos, essa investigação e, com certeza, aquilo que ocorreu vai ser aquilo que vai ficar no nosso relatório. E, quem sabe, não vai poder ser usado ainda esse relatório aí na sua campanha, na próxima campanha, para provar que — eu torço para isso — contra S.Sa. não aconteceu nada que pudesse macular a sua história, que eu acredito é uma história bonita. Eu tenho certeza disso. V.Exa. era muito ligada ao... Eu vou passar as perguntas que foram feitas. Algumas já foram respondidas, outras não. Passo à mão de V.Sa., para que no prazo de 1 semana possa remeter as respostas à nossa Comissão. Essas são as minhas. Muitas já foram respondidas, são aquelas que qualquer coisa pode pedir esclarecimento. Aqui também estão as perguntas do Deputado Mendes Thame.

A última pergunta, que me chegou agora, diz respeito a um comentário seu de que seu interesse era em aumentar a renda dos assentados. Tivemos notícias aqui de que muitos assentados não receberam nenhum recurso, nem



mesmo aqueles que assinaram procuração. Então, como presidente do sindicato, o senhor sabe informar se houve realmente... os assentados receberam algum recurso desse Plano Safra Legal, se há recibos a esse respeito?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS SOUZA - Olha, eu não sei lhe informar se há recibos. Sei lhe dizer o seguinte, Excelência: a compra e venda de madeira naquela região se dá independentemente de Safra Legal ou não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Certo.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS SOUZA - E que muitas das famílias, chega o madeireiro na porta, e ele negocia, por estar vivendo um momento de dificuldade, a madeira do lote todo. E a nossa orientação, embora o sindicato não tenha tido perna para acompanhar e fazer isso de pronto, era que fosse negociada apenas a madeira daqueles 3 hectares onde as famílias onde iriam desmatar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Bem, eu...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS SOUZA - De pronto, Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Sim.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS SOUZA - ...eu gostaria ainda de continuar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Pois não.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS SOUZA - O que aconteceu foi que, devido o IBAMA não ter condições de autorizar essas... dar essas autorizações em tempo hábil, muitas das famílias desmataram. Inclusive foi dada autorização para algumas famílias negociarem com a madeireira, e a madeireira apenas fazer, ou tirar a madeira do roçado, e colocar na beira do roçado, enquanto saía a documentação. Muitos não fizeram isso. Tiraram. Inclusive foram multados por isso. No entanto, nosso intuito foi esse. A dificuldade foi que o IBAMA não teve a capacidade. É tão tal que em maio deste ano estivemos reunidos 3 dias em Altamira, movimento social. Depois sentou o IBAMA, inclusive foi o Diretor Nacional de Floresta, o



Dr. Hummel, e nós planejamos como seria feito também o Plano Safra Legal 2005. Corrigimos erros do passado, da safra 2004, planejando como seria 2005, de forma que a família pudesse estar brocando sua roça, pudesse estar fazendo o pedido de autorização de desmate. E que isso fosse feito, em vez de cada colono ir lá e negociar com a madeireira, que isso fosse feito de forma coletiva, porque, na medida que isso faz de forma coletiva, ele tem como trabalhar melhor a questão da abertura de uma estrada; ele tem como trabalhar a questão de uma construção do colégio, porque nem sempre a Prefeitura tem condições de fazer isso; tem condição de buscar outros benefícios para o assentamento, que não seja só simplesmente ir lá e vender a madeira. Quando digo que a melhoria da qualidade de vida, é isso. Às vezes, para os senhores, que não conhecem nossa realidade, fica difícil entender, mas muitos dos projetos de assentamento, criados inclusive em 97, até hoje o único ramal que tem foi o ramal que o madeireiro entrou para tirar madeira. Nunca chegou lá o recurso da reforma agrária para fazer. A questão da habitação, nunca chegou o crédito da habitação. A pessoa que está lá, às vezes teve que comprar madeira na serraria, ou então está morando numa casa de pau-a-pique. Então, são essas as angústias de nós que vivemos lá naquela região, representando a agricultura familiar e sofrendo junto com eles para que melhores dias cheguem. E a nossa grande angústia, viu, Deputado, é que, mesmo depois do assassinato da Irmã Dorothy, mesmo depois de tudo que aconteceu em Anapu, ainda a reforma agrária não aconteceu. O projeto de PDS, de qual, inclusive a Dorothy Stang morreu lá dentro, até hoje não saiu um centavo para as famílias que estão lá. E se não fosse nós termos negociado ano passado com uma indústria madeireira para abrir cerca de quase 90 quilômetros de estrada, que não foi uma estrada feita, mas foi pelo menos um ramal, nem chegar ao local que a Dorothy faleceu nós tivemos condições de chegar hoje. Então, é essa a problemática que a gente vive no dia-a-dia, e que é preciso cada vez mais — eu sei que a capacidade do sindicato não é tanta —, mas é preciso cada vez mais nós buscarmos a organização daqueles trabalhadores em associação, em grupos, para juntos buscar melhor seus direitos. E é preciso que V.Exas. também cobrem do



Governo Federal, do INCRA, do IBAMA, primeiro, a reestruturação dos órgãos. É preciso fazer isso. Tanto INCRA, tanto IBAMA, têm que estar reestruturados. E é preciso o INCRA agilizar a questão da reforma agrária naquela região, senão muitas outras pessoas também tombarão. Inclusive, depois do assassinato da Dorothy, recebi várias ameaças, estou andando com proteção policial 24 horas por dia. Inclusive, a Verinha, que está aqui, faz parte do Conselho de Direitos Humanos do Estado, tem acompanhado isso e tem acompanhado essa problemática. E nós, como agricultura familiar, estamos lá abertos para esclarecer as dúvidas que V.Exas. tiverem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Muito obrigado. Esperamos e aguardamos a resposta, num prazo máximo de até 1 semana, sobre aquelas perguntas que foram repassadas.

Não havendo mais nenhum assunto na pauta, encerro a sessão, convocando nova reunião para o dia 11 de agosto, às 10h, no Plenário nº 11. O dia 11 de agosto cai na próxima quinta-feira, às 10h da manhã.

Declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a todos os presentes.